

# UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

V. 02 - N. 01  
JANEIRO A DEZEMBRO - 2013  
ISSN 2238-8672



27	42	670	29	28	2	68	199	26
47	46	983	382	67	90	15	57	37
23	65	34	79	30	682	74	49	46
231	76	22	68	340	436	90	34	266
23	55	68	73	673	37	45	-51	67
54	89	26	-4	833	40	14	24	37
345	64	73	6	52	23	34	58	63
54	346	-46	567	894	50	35	437	37
56	45	56	287	2	48	95	389	27
166	-98	20			289	94	935	68



**UNIVERSO**  
**DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**UNIVEN**

Faculdade do Grupo Univix

ISSN 2238-8672

# UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN**  
**v. 02 n. 01 Jan/Dez. – 2013 - Anual**

**Diretor Executivo**

Prof. Tadeu Antônio de Oliveira Penina

**Diretora Acadêmica**

Profª. Eliene Maria Gava Ferrão

**Diretora Geral**

Profª. Sandrélia Cerutti Carminati

**Coordenadora Acadêmica**

Profª. Elen Karla Trés

**Coordenadora Administrativo-Financeira**

Profª. Silnara Salvador Bom

**Coordenador de Graduação**

Profª. José Junior de Oliveira Silva

**Bibliotecária**

Profª. Alexandra Barbosa Oliveira

**Comissão Editorial**

Profª. Eliene Maria Gava Ferrão

Profª. Elen Karla Trés

Profª. José Junior de Oliveira Silva

**Profª. Sabryna Zen Rauta Ferreira**

**COORDENADORES**

Alexandra Barbosa Oliveira

André Mota do Livramento

Cassio Santana Fávero

Francielle Milanez França

Ivan Paulino

Maxwilian Oliveira

Olivia Nascimento Boldrini

Sabryna Zen Rauta

Talita Aparecida Pletsch

Universo de Ciências Contábeis/ Faculdade Capixaba de Nova Venécia / – Nova Venécia: (Jan/Dez. 2013).

Anual  
ISSN 2238-8672

1. Produção científica – Faculdade Capixaba de Nova Venécia. II. Título

# UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

<b>SIMPLES NACIONAL: ATIVIDADE ECONÔMICA EMPRESARIAL, FATOR DETERMINANTE A INCLUSÃO OU NÃO AO REGIME TRIBUTÁRIO.....</b>	<b>7</b>
Camila Marchi	
Ednéia Moreira de Araújo	
Maiara Fraga Alves	
Naiane dos Santos Ferreira	
Wdson Marcos Santos Pimenta	
<b>ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL.....</b>	<b>15</b>
Aline Santos da Silva	
André Neto Zen	
Edileia Alves de Souza	
Emilly Mota	
Gustavo Francisco Cassaro	
Hiago Lourenço Delfino	
Nathiely Pitelkow Haese	
<b>ESTRUTURA DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....</b>	<b>21</b>
Fabiana Monte Lonardelli	
Michel Sampaio Contarato	
Ramila Lázaro Lourenço	
Sirlene Cesconetto	
<b>ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL: NECESSIDADE OU LUXO?.....</b>	<b>29</b>
Adenilson Durães	
Joelson de Oliveira Cavaleiro	
Keila de Sousa Bragança	
Leodiene Ferreira da Silva Trevizani	
Rosana Pereira dos Santos	
<b>AUDITORIA INTERNA E A REALIZAÇÃO DE SUAS FUNÇÕES.....</b>	<b>34</b>
Danieli Braide da Silva	
Edjane Maria Ricardo	
Jaqueline Lopes Conceição	
Jéssica Gabriel Pereira	
Marinara dos Santos Bueno	
Sabrina Almeida Bessa	

**IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DE 2008 A 2012.....**

**40**

Thekeane Pianissoli

Washington Romão dos Santos

## **EDITORIAL**

É missão de uma Instituição de Ensino Superior (IES) o ensino, a extensão e a pesquisa. Quanto ao ensino, o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN funciona regularmente.

Nesta segunda publicação, apresentamos alguns artigos originais, que nos foram encaminhados pelos docentes e discentes da Faculdade Capixaba de Nova Venécia – UNIVEN.

Estamos inserindo nossos acadêmicos na iniciação científica, procurando o despertar dos discentes na pesquisa científica em Ciências Contábeis e nessa messe, fazemos a publicação da nossa segunda **REVISTA UNIVERSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**.

Nossa proposta é de um periódico anual, com a divulgação de artigos, projetos, pesquisas e relatos de experiência diversos, etc.

Continuamos abertos para contribuições, críticas, que muito nos ajudarão na melhoria do trabalho acadêmico.

Que tenhamos todos uma boa leitura!

**Profª. Sabryna Zen Rauta Ferreira**

Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis

## **SIMPLES NACIONAL: ATIVIDADE ECONÔMICA EMPRESARIAL, FATOR DETERMINANTE A INCLUSÃO OU NÃO AO REGIME TRIBUTÁRIO.**

Camila Marchi<sup>1</sup>  
Ednéia Moreira de Araújo<sup>2</sup>  
Maiara Fraga Alves<sup>3</sup>  
Naiane dos Santos Ferreira<sup>4</sup>  
Wdson Marcos Santos Pimenta<sup>5</sup>

### **RESUMO**

Este artigo científico promove um estudo sobre a origem do Simples Nacional, onde relata que este é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicáveis as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) é administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes sendo: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios. Abordarão também as possíveis soluções a problemática enfrentada pelas Micro e Pequenas Empresas que ficaram excluídas a adesão do referido regime tributário, em face de sua atividade econômica. Para a realização do estudo utilizou-se da pesquisa, exploratória, descritiva e bibliográfica. Com o estudo, foi possível identificar as dificuldades encontradas pelos empresários excluídos do presente regime tributário, face sua atividade econômica em uma Federação onde a incidência tributária é fator primordial ao fechamento das empresas logo no primeiro ano de existência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime. Arrecadação. Exclusão.

### **ABSTRACT**

This scientific paper promotes the study of the origin of the National Simple, which reports that this is a shared system of levy, collection and enforcement of taxes applicable to Micro and Small Enterprises, provided in Supplementary Law No. 123 of 14 December . 2006 covers the participation of all federal agencies (Federal, State, Federal District and Municipalities) is run by a Steering Committee composed of eight members as follows: four from the Federal Revenue of Brazil (RFB), two of the states and the District Federal and two Municipalities. Also will discuss possible solutions to problems faced by micro and small enterprises that were excluded from membership of that tax regime, in view of its economic activity. To perform the study we used the research, exploratory, descriptive and bibliographical. With the study was able to identify the difficulties encountered by entrepreneurs excluded from this tax regime, given its economic activity in a state where the tax incidence is paramount to the closure of businesses in its first year of existence factor.

**KEYWORDS:** Regime. Storage.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>4</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>5</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo abordará a origem do Simples Nacional, suas vantagens, atividades impeditivas a adesão ao regime tributário em questão, definições de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e ainda possíveis soluções aos problemas enfrentados pelas empresas impedidas de aderirem a este regime tributário.

O tema em questão partiu após a verificação de problemas enfrentados por alguns empresários que, apesar de já possuírem suas empresas, acabaram por ficar impossibilitados de aderirem ao presente regime, e o assombro dos valores tributários na qual ficaram obrigados a pagar, razão esta, que fez com que muitas pequenas empresas fechassem as portas, tão logo não conseguirem a adesão do regime simplificado de cobrança de impostos.

Quanto aos fatos tipografados neste artigo, Adriano de Figueiredo Ferreira e Paula Antonela Vieira Pinto (2008) destacam o tratamento diferenciado aplicáveis as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se enquadra a este regime tributário.

De acordo com pesquisas realizadas, destacam-se neste artigo algumas dúvidas ligadas a este regime tributário, tais como:

- Como uma Lei criada com o intuito a favorecer as micro e pequenas empresas, limitam sua inclusão a sua ATIVIDADE ECONÔMICA?
- Considerando-se microempresas e empresas de pequeno porte a Receita Bruta obtida nos outros doze meses e ainda outros requisitos, dificilmente uma empresa em fase inicial conseguiria obter um faturamento que não se enquadrasse ao Simples Nacional, diferente de empresas maiores e com faturamento muito superior as empresas iniciantes, exposto aos fatos é justa uma empresa em fase inicial ficar de fora do tratamento diferenciado proposto pelo regime tributário Simples Nacional pelo simples motivo de sua atividade econômica não se enquadrar ao regime tributário proposto pelo governo?

O trabalho de pesquisa delimitou-se em verificar as maiores dificuldades enfrentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte no tocante a sua inclusão ao regime tributário em face de sua atividade econômica.

Ao fim do trabalho espera-se encontrar uma solução plausível e ajustável para que realmente este regime tributário venha abranger as microempresas e empresa de pequeno porte, indiferente a sua atividade econômica.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste estudo classificou-se como exploratória e descritiva. Exploratória, pois este tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o problema, a fim de torna-lo mais explicito. Descritiva, pois promove estudo, análise, registro e interpretação dos fatos, conforme dados observados.



## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 ORIGEM DO SIMPLES NACIONAL E DEFINIÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

As leis e programas governamentais geram grandes mudanças no dia a dia e na forma de trabalho na qual temos costume de realizar, devemos sempre estar por dentro das mudanças, das leis e programas do governo federal, o Simples Nacional influencia muito no dia a dia dos empresários e economistas, principalmente dentro do Espírito Santo e outros estados que tem grande numero de empresas.

Ferreira e Pinto (2008, p. 29) definem Simples Nacional, como:

O Simples Nacional é um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, instituído pela Lei Geral - LC 123/2006 [...]

O Simples Nacional surgiu a partir da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, criado na época pelo presidente da república Sr. Luiz Inácio Lula da Silva em substituição ao “SIMPLES” Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nome fantasia dado ao sistema de tributação simplificada criado em 1996 através de medida provisória convertida em Lei nº 9.317, de 1996 pelo governo do Brasil, cujo objetivo é facilitar o recolhimento de contribuições das microempresas e médias empresas. Simples Federal previa recolher tributos para outros entes federados e repassar o valor arrecadado. [...] O Simples Federal unificava o pagamento de tributos federais: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS e PIS e também o recolhimento da parte patronal do encargo trabalhista INSS.

Esta Lei surgiu com intuito de favorecer o Micro e Pequeno Empresário possibilitando-o reduzir suas taxas e aplica-las de outra forma dentro da empresa beneficiando outros aspectos que seriam prejudicados com um maior gasto com impostos. Para melhor esclarecimento, considera-se Micro empresa a entidade que aufera no ano calendário a receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e Empresa de Pequeno Porte a entidade que aufera no ano calendário receita bruta acima de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e até R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Segundo Ferreira e Pinto (2008, p. 25), definem Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte da seguinte forma:

Micro empresa (ME) é a pessoa jurídica que aufera em cada ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Empresa de Pequeno Porte (EPP) pessoa jurídica que aufera em cada ano calendário receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Exposto acima, dificilmente uma empresa em sua fase inicial, conseguiria obter ao fim de um ano calendário, uma receita bruta tão alta diante de um mercado inconsistente e instável como o brasileiro, e, onde a temerosidade da inflação ronda o mercado diariamente o sistema financeiro nacional.

Entrando um pouco mais nesse entendimento, Costa (2007, p. 264-265) diz que a LC 123/2006 aperfeiçoou o Simples Federal, mas manteve algumas de suas características, sendo assim:

É opcional ao contribuinte que atenda às condições estabelecidas consignar alguma renúncia ao gravame da capacidade contributiva efetiva, que seria auferida mediante manifestações individualmente consideradas, dispensando o pagamento de certas contribuições. Ainda institui o pagamento único mensal e reduz a quantidade de deveres instrumentais tributários que lhes seriam exigidos pelo sistema padrão.

É destacado neste aspecto instrumentos facilitador ao contribuinte e ainda redução de obrigações acessórias por meio de recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação de impostos e contribuições de competência da União, Estados e Municípios.

O Simples Nacional intenta criar um subsistema de direito tributário formal, que corresponda a um conjunto de normas mobilizantes unificadoras dos procedimentos e que disciplinem a fiscalização, a formalização (lançamento) e a cobrança administrativa do crédito ali gerado.

Segundo Marins e Bertoldi afirmam que:

Regime especial de tributação por estimativa objetiva, constituído em micros sistema tributário, material, formal e processual, que unifica a fiscalização, o lançamento e a arrecadação de determinados impostos e contribuições da competência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, aplicável opcionalmente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com o escopo de garantir a estes contribuintes tratamento fiscal diferenciado e favorecido, em caráter parcialmente substitutivo ao regime geral e compulsório (MARINS; BERTOLDI, 2007, p. 68).

## 2.2 BENEFÍCIOS EM ADERIR AO SIMPLES NACIONAL, FORMA DE ENQUADRAMENTO E NÃO ENQUADRAMENTO E PROBLEMAS DO NÃO ENQUADRAMENTO

O Simples veio para trazer apoio às empresas que necessitam ou que têm menos vantagens se comparadas às grandes multinacionais ou empresas de grande porte que se encontram há mais tempo no mercado e que por sua vez encontram-se estabilizadas e gozam diante deste aspecto nacional de facilidades financeiras dentre outras ofertas por entidades credoras.

Diante do exposto, Ferreira e Pinto (2008, p. 25) destacam as seguintes vantagens oferecidas as empresas que conseguem aderir ao Regime Tributário em questão:

Regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais e acessórias; desoneração tributária das receitas exportação e substituição tributária; dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias; simplificação no processo de abertura, alteração e encerramento das microempresas e empresas de pequeno porte; facilitação no acesso ao crédito e ao mercado; preferência nas compras públicas; estímulo a inovação tecnológica; incentivo ao associativismo na formação de consórcios simples para fomentação dos negócios; incentivo a formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho; regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização; simplificação nas deliberações sociais; reduções dos emolumentos de protestos das MPEs, além da dispensa de algumas obrigações; acesso aos juizados especiais de pequenas causas; conciliação,

mediação e arbitragem, para solução extrajudicial dos conflitos com fornecedores, clientes, empregados, concorrentes, Redução do custo trabalhista, etc.

Diante do exposto acima, o governo tentou facilitar as Micro e Pequenas Empresas assegurando-lhes alguns benefícios, somando-se a isto, ainda outros benefícios dispensados as empresas que participam do Simples Nacional, tornando sua adesão um atrativo ainda maior, adiante outros benefícios são citados:

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento unificado de arrecadação dos seguintes impostos: Imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), Imposto sobre produtos industrializados – IPI,(exceto o devido na importação), Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS), Contribuição para o PIS e o PASEP (exceto o devido na importação), Contribuição patronal previdenciária (CPP),Imposto sobre Operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), Imposto sobre serviço de qualquer natureza (ISSQN). (PINTO, 2011. p. 881-882).

Para se ingressar no sistema Simples Nacional algumas especificações devem ser seguidas a mais básica delas é que a empresa deve ser classificada como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa:

Existe também uma forma básica de não enquadramento do Simples, uma lista de atividades que não se enquadram mesmo sendo empresas de pequeno porte ou microempresas como mostra o anexo I da Resolução nº 07 de 18 de junho de 2007, este anexo é uma lista das atividades que não podem ser enquadrar no Simples.

Serão utilizados os códigos de atividades econômicas previstos na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), informados pelos contribuintes no CNPJ, para verificar se a ME e as EPP's atendem aos requisitos pertinentes. (PINTO, 2011. p. 880).

O Simples Nacional surgiu para facilitar certos processos, e incentivar o desenvolvimento de microempresas e empresas de pequeno porte, mais como forma de não enquadramento é levado em consideração o tipo de atividade que a empresas realiza, e isso desfavorece as empresas de pequeno porte e microempresas que estão nos ramos de atividades citadas na lista de não enquadramento do simples nacional. Isso gera diversos problemas tais como:

1º- As empresas deixam de contratar mais funcionários, já que não recebem o benefício do simples nacional na folha de pagamento, e isso afeta a economia geral do estado, uma vez que aumenta o índice de desemprego e de pessoas dependentes de programas governamentais;

2º- Novas empresas deixam de surgir, não beneficiadas pelo simples nacional certas atividades deixam de ter empresas no ramo já que os impostos são altos e quase não há benefícios, isso prejudica o ramo das atividades listadas na lista de não enquadramento do simples nacional;

3º- Baixo crescimento de algumas atividades, todas as atividades contribuem de alguma forma para o crescimento do país e para o desenvolvimento de outra atividade, sem apoio do simples nacional alguns ramos de atividade econômica deixam de expandir seus negócios;

4º - Alíquotas de impostos com percentuais elevados.

Abaixo, o exemplo de uma empresa de serviço com o ramo de atividade de construção civil, onde sua receita bruta foi de R\$ 4.500,000,00 e sua alíquota presumida é de 8% e ainda desenquadrada do Simples Nacional pelo motivo de seu ramo de atividade.

Receita	Valor	Lucro Presumido	Parcela excedente	PIS (0,65%)	COFINS (3,0%)	CSLL (ver acima)	IRPJ (ver acima)	Adicional IRPJ (10%)
Receita bruta	4.500.000,00	360.000,00	300.000,00	29.250,00	135.000,00	48.600,00	54.000,00	30.000,00
Receita financeira	100.000,00	100.000,00	100.000,00	650,00	3.000,00	12.000,00	15.000,00	10.000,00
Total	4.600.000,00	460.000,00	400.000,00	29.900,00	138.000,00	60.600,00	69.000,00	40.000,00

Bruno Quick (2010):

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas marca o início de uma nova era na história daqueles que produzem e trabalham em nosso País. Finalmente os pequenos negócios ganham o devido espaço na agenda econômica e política da nossa Federação, que, atendendo ao que estabelece nossa Constituição, passa a oferecer-lhes, de forma integrada, o ‘tratamento diferenciado, simplificado e favorecido’.

Podemos ver claramente com a fala de Bruno Quick, gerente da unidade de políticas públicas do SEBRAE Nacional, que muito está sendo feito para combater os aspectos negativo já existentes, que influenciam negativamente o desenvolvimento e crescimento das entidades e o ingresso ao regime tributário proposto pelo Governo Federal.

Pensando bem há simples mudanças que fariam uma grande diferença, a seguir estão simples alternativas para todos esses problemas gerados:

- 1) Eliminar a Atividade Econômica Empresarial como fator preponderante de exclusão ao Simples Nacional, entretanto evidenciando alguns fatores que se tornariam essenciais tais como:
  - a- Para que uma Microempresa ou Pequena Empresa ingresse no Simples Nacional ela precisaria obrigatoriamente registrar sua Declaração, onde constará o valor ou a previsão de seu faturamento bruto anual, levando em consideração o tempo previsto para sua subsistência, conforme levantamento já feito pelo SEBRAE;
  - b- Valor de seu capital social declarado em seu ato constitutivo, como forma ingresso ao Simples Nacional;
  - c- Tamanho do estabelecimento em m<sup>2</sup>;
  - d- Renda física conforme declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) de seus sócios;
  - e- Se a empresa tem prazo estabelecido para seu término;
  - f- Se a empresa tem a intenção de contratar funcionários;
- 2) Conscientizar a população leiga sobre o assunto, para isso pode ser criar uma cartilha sobre o simples nacional, com informações explícitas sobre o que é o simples, seus

benefícios, todo o problemas da exclusão por tipo de atividade econômica e como isso influencia de forma negativa o desenvolvimento empresarial e do estado, como isso influencia também as pessoas comuns através da geração de emprego, e propor ainda alternativas;

- 3) Procurar ajuda com órgãos governamentais, Deputados e Senadores, entre outras formas de poder público que levante essa questão de forma que se construam projetos de mudanças específicas para o Simples Nacional.

### **3 CONCLUSÃO**

No decorrer deste artigo verificou-se da importância do simples nacional na vida das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, bem como a Origem do Simples Nacional, Vantagens em aderir ao presente regime, dificuldades encontradas a inclusão em virtude do Código de Atividade Empresarial, benefícios dispensados as empresas que aderiram a este sistema tributário, consequência tributária as empresas não atingidas pelo presente regime. É inegável a importância do simples nacional e seus benefícios, mais infelizmente também vimos que o mesmo ainda tem problemas internos que influenciam muito na sua eficiência.

Muitos profissionais do ramo contábil e empresários já perceberam estes problemas e está claro que se faz jus a necessidade de revisão da Lei Complementar no tocante aos itens relacionados a exclusão destas entidades, como por exemplo a exclusão da atividade econômica como fator preponderante a exclusão ao regime tributário e ainda inserir algumas obrigatoriedades a ser seguidas pelas entidades para que venham facilitar a adesão das Micro e Pequenas Empresas. Como perspectiva futura se espera uma reestruturação do corpo legal da lei do simples nacional, para que assim possa realmente cumprir com todos seus objetivos e levar seu desenvolvimento e eficácia ao Máximo fazendo com que o crescimento e desenvolvimento cheguem a todos e assim contribuir para que microempresas e empresas de pequeno porte possam arcar de forma justa com seus compromissos e como consequência contribuir para a minimização de problemas estaduais como a geração de renda e de emprego.

Caso haja a mudança proposta pelo Comitê Gestor do Sistema Tributário Simples Nacional para o ano seguinte onde foi proposta a exclusão da atividade econômica empresarial, como fator da inclusão ao presente sistema tributário, acredita-se que ganhará os Municípios, o Estado e a União com o surgimento de novas empresas, onde será gerada mais arrecadação as entidades da Federação, bem como, a criação de novas oportunidades de emprego. Futuramente poderemos ter um maior crescimento de microempresas e empresas de pequeno porte, que de certa forma contribuem para o crescimento do próprio estado, melhorando até a vida da população em geral.

Tendo em vista os fatos tipografados no presente artigo espera-se que continuemos estudos sobre o assunto e apoio sempre que possível às ações que são feitas para que esse objetivo seja realmente alcançado, também cabe aos contadores, administradores e pessoas ligadas ao ramo à divulgação de informações de forma mais simplificadas para que as grandes massas leigas da população possam estar cientes dos fatos e de como esses influenciam positiva e negativamente.

#### 4 REFERÊNCIAS

1. **A CARGA TRIBUTÁRIA NO LUCRO PRESUMIDO.** Disponível em: <<http://www.consultorfiscal.com.br/frames/assuntos/federais/federais13.html>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
2. **A LEI GERAL DAS ICRO E PEQUENAS EMPRESAS.** Disponível em: <<http://www.abrasel.com.br/index.php/atualidade/entrevistas/67-bruno-quick-gerente-de-politicas-publicas-do-sebrae.html>>. Acesso em: 23 nov. 2013.
3. COSTA, Regina Helena. **Praticabilidade e justiça tributária – Exequibilidade de lei tributária e direitos do contribuinte.** São Paulo: Malheiros, 2007.
4. MARINS, James; BERTOLDI, Marcelo M. **Simples Nacional: Estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
5. PINTO, João Roberto Domingues. **Imposto de Renda – Contribuições Administradas pela Secretaria da Receita Federal e Sistema Simples.** Rio Grande do Sul: SCAN – Editoração & Produção Gráfica, 2011.
6. PINTO, Paula Antonela Vieira; FERREIRA, Adriano de Figueiredo Ferreira. **Guia Prático do Simples Nacional.** Espírito Santo, 1998.

## ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Aline Santos da Silva<sup>1</sup>  
 André Neto Zen<sup>2</sup>  
 Edileia Alves de Souza<sup>3</sup>  
 Emilly Mota<sup>4</sup>  
 Gustavo Francisco Cassaro<sup>5</sup>  
 Hiago Lourenço Delfino<sup>6</sup>  
 Nathiely Pitelkow Haese<sup>7</sup>

### RESUMO

Este trabalho de cunho teórico tem como principal objetivo identificar os fatores que podem interferir na ética profissional contábil, visando buscar a importância ética adquirida por cada indivíduo ao longo de sua vida, sendo a ética principal meio para a formação social e profissional de cada indivíduo. Ressaltando ainda a importância do contador no mercado de trabalho, e os valores éticos indispensáveis para o sucesso na profissão. Para isso buscou-se através da pesquisa bibliográfica a importância do código de ética na profissão como requisito indispensável, e as consequências ao qual o profissional pode sofrer caso não siga o código de ética contábil.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ética. Contador. Profissional.

### ABSTRACT

This work of theoretical nature aims to identify factors that may interfere with the accounting professional ethics, aiming to seek ethical importance acquired by each individual throughout his life, and the ethical principal means for social and professional development of each individual. Also emphasizing the importance of the counter in the labor market, and the ethical values necessary for success in the profession. For this we sought through bibliographic research the importance of ethics in profession as an essential requirement, and the consequences to which the trader can suffer if they do not follow the code of ethics book.

**KEYWORDS:** Ethics. Counter. Professional.

## 1 INTRODUÇÃO

Todo ser humano possui vários objetivos, dentre eles, o de se estabelecer-se profissionalmente, contudo a ética deve estar sempre presente, ser à base da construção da vida profissional. Todo profissional comprometido com ele, com a sociedade, com a classe ao qual pertence, exerce a profissão com zelo, diligência e honestidade.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>4</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>5</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>6</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>7</sup> Discente do Curso de Superior de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

Toda organização hoje precisa da contabilidade e com isso a área contábil evolui e esta evoluindo. Nesse contexto o profissional deve seguir as normas contábeis para o crescimento profissional dele quanto o crescimento da empresa.

Faz-se necessário desenvolver a consciência social e profissional da pessoa. Portanto, o profissional precisa estar se atualizando, a fim de acompanhar a evolução do mercado e necessidades de seus clientes.

Observa-se que no meio que se encontram algumas organizações, o profissional da contabilidade acaba se sentindo pressionado pela direção para obter os melhores resultados a qualquer custo, fazendo que o profissional ultrapasse os princípios contábeis e a ética profissional.

Independente da área escolhida para atuar, o contador deve ter consciência dos seus atos, e que, somente pelo fato de conhecer as normas contábeis não é suficiente para o bom desempenho, mas sim trabalhar de forma honesta, defendendo sobre tudo a ética.

Conforme estudos, a ética conferem obrigações e deveres para os profissionais, fazendo com que trabalhem de forma honesta e respeitando os seus respectivos códigos de ética.

Foi constatado que o profissional da contabilidade deve exercer uma conduta ética, já que o contabilista trabalha com a prestação de serviços e fornecimentos das informações para a tomada das decisões, assumindo uma postura ética, conforme diz o código de ética, para exercer a profissão de forma legal e não ser subornado pela organização.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 ÉTICA GERAL**

A ética é um dos valores ao qual todo ser humano deve considerar como um dos princípios fundamentais para estabelecer-se tanto na vida pessoal, social e profissional.

Segundo Vázquez (2002, p. 23) "a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja é a ciência de uma forma específica de comportamento humano."

Uma reflexão sobre questões como distinguir o bem do mal ,entre outros princípios que são de extrema importância na vida de cada indivíduo ,são os valores ao qual a ética possui como objeto de estudo o comportamento humano conforme citado.

De acordo com Vázquez (2002) a ética se defronta com fatos, estuda uma forma de comportamento no qual os homens acreditam ser valioso e obrigatório, a realidade, um conceito diferente de moral na qual esta relacionada com regras de conduta. Seu objetivo é explicar a moral efetiva e nesse sentido podendo influir na moral, sendo o objeto de estudo da ética os atos humanos, sejam eles conscientes e voluntários de um indivíduo para com o outro. Vázquez afirma que a ética esta relacionada com outras ciências, antropologia e sociologia estas ao qual se relacionam com economia política como uma ciência das relações econômicas no processo de produção baseando-se de forma efetiva e social.



Segundo Sá (2001, p. 51) "a de formação ética depende de ambiência sadia, virtuosa, inspiradora de uma consciência no sentido de não prejudicar os que se formam moralmente e nem a terceiros, ou seja, lastrada na prática do bem".

Um indivíduo que convive em um ambiente provido de práticas voltadas para o bem, provavelmente terá problemas éticos, conseguirá relacionar-se socialmente com qualquer pessoa que estiver em seu meio social.

Sá (2001) fala da responsabilidade indispensável da família como principal responsável por essa formação ética, essa formação tem de vir desde a infância, é necessário que todo indivíduo cresça em um ambiente no qual possa lhe proporcionar e ensinar-lhe apenas princípios relacionados ao bem.

Entretanto, não basta somente crescer em um ambiente estruturado para preservar os valores éticos, muitos acontecimentos influenciam as pessoas a abandonarem estes, influenciando na mudança de comportamento, dentre esses fatores destaca-se a mídia, que na maioria das vezes contribui na formação de opinião diferente dos valores éticos de um indivíduo adquiridos ao longo da vida.

Segundo Lisboa (1997, p. 35-36):

Enquanto ramo de conhecimento humano tem função essencial a tarefa de investigar a realidade dentro da qual cada momento da história foi vivido e explicar os valores que conduziram a determinado tipo de comportamento, isto é a determinado tipo de moral que naquele momento foi aceito

Muitos indivíduos na sociedade possuem um determinado comportamento diferente dos valores e conduta ética, por isso não conhecem os princípios éticos, e por esse motivo possuem certa dificuldade no relacionamento social, a função da ética nesses casos é explicar o porquê daquele comportamento o que conduziu a determinado tipo de comportamento.

De acordo com Lisboa (1997, p. 37):

Dentro de seu campo de atuação, a ética pode ser vista através de duas óticas distintas (a) enquanto explicação do comportamento humano, em um período qualquer, justificando desse modo às ações advindas daquele comportamento; e (b) enquanto fonte para o estabelecimento de regras de comportamento diante de situações concretas, caso ao qual a ética presta para não eliminar, ao menos atenuar os conflitos de interesses no seio de uma decisão qualquer sociedade.

A ética além de explicar o comportamento de cada indivíduo dentro da sociedade estabelece o comportamento ético, este visa amenizar conflitos de cada indivíduo na sociedade.

Segundo Lisboa (1997):

A proteção dos valores éticos deve ser uma forma coletiva é necessária a colaboração de todos na aceitação e execução é de extrema importância cada indivíduo proteger seus valores éticos adquiridos seja no convívio familiar , social profissional.

## 2.2 ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL

Estabelecer-se profissionalmente é o objetivo de cada indivíduo, ser reconhecido como profissional de competência, para todos esses requisitos é indispensável à utilização da ética.

Para Vázquez (2002, p. 18):

Decidir e agir numa situação concreta é um problema prático- moral; mas investigar o modo como pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com o determinismo ao qual nossos atos estão sujeitos é um problema teórico, cujo estudo é da competência da ética.

Ou seja, é de extrema importância que o profissional possa saber lidar com seus atos, saber determinar suas ações, seu comportamento de uma forma ética ao qual possa estabelecer uma boa convivência com os colegas de trabalho, funcionários e clientes.

No mercado de trabalho a profissão contábil é atualmente uma das áreas mais procuradas, sendo uma das profissões mais antigas, o contador auxilia as organizações na tomada das decisões certas, e conhece o desempenho da empresa através da coleta de dados, balanço patrimonial da demonstração do resultado do exercício.

De acordo com Sá (2001, p. 132):

Ao exercer sua profissão, o contabilista pratica uma função nitidamente social, como um autêntico médico de empresas e instituições, ao mantê-las sadias, cuida também da riqueza social (que é uma concepção abstrata, decorrente da somatória dos patrimônios celulares).

É de responsabilidade do profissional contábil auxiliar seus clientes na decisão, ajudá-los para que a empresa esteja sempre em situação financeiramente positiva, apresentando lucro.

Segundo Lisboa (1997) entre os problemas que interferem na ética estão a crise de valores, ao qual esta relacionada com uma nova situação e sua solução acaba entrando em conflito com a formação moral, outro problema é o conflito de interesses, este ocorre quanto a solução de um determinado envolve decisões conflitantes e uma das partes será possivelmente prejudicada.

Outro tipo de problema ético é o desvio de conduta do profissional diante de uma determinada situação, a gravidade dessa conduta irá depender da decisão tomada por ele.

Nesses casos cabe ao contador resolver todos esses problemas de forma pacífica, observando sempre o código de ética profissional do contador, e solucionar os possíveis erros cometidos de maneira discreta.

Segundo Lisboa (1997) o profissional da contabilidade convive em seu cotidiano com inúmeros problemas éticos, nesse contexto é imprescindível esquecer os conceitos de dever, direito, justiça, responsabilidade e, consciência e vocação.

O dever corresponde à realização dos serviços prestados aos clientes, realizar os serviços contábeis com qualidade, no determinado prazo, o direito seria os direitos e deveres de ambas as partes, a justiça corresponde em possuir somente o que é de direito, exemplo disso é o ganho de remuneração pelo esforço de determinada realização de tarefas, a responsabilidade é a obrigação de executar o serviço com competência no prazo determinado.

A consciência é uma regra moral, cabe a cada contador saber lidar com suas ações, isso influencia na tomada de decisões, a vocação é a dedicação a profissão, ou seja, se um determinado contador não possui nenhum gosto pela profissão, possivelmente terá grandes problemas no campo profissional, e acaba se tornando difícil dedicar-se a algo não se gosta.

De acordo com Lisboa (1997 p. 74):

O contador desempenha importante papel na análise e no aperfeiçoamento da ética na profissão contábil, pois sempre está às voltas com dilemas éticos. Esses, para serem, requerem do contador os princípios éticos da competência, sigilo, integridade e objetividade.

Muitos contadores no mercado de trabalho são bem capacitados, mas não possuem os princípios éticos, estes e visivelmente estão muitas vezes envolvidos em escândalos por não seguir tais princípios, mas aquele que exerce sua profissão com todos os princípios éticos na profissão rapidamente chegara com facilidade em altos cargos.

### 2.3 ÉTICA DO CONTADOR: CONSEQUÊNCIAS SOFRIDAS PELA NÃO OBSERVAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA.

A ética é um conjunto de normas imposta ao profissional pela empresa ou pela classe ao qual participa. Existem hoje vários códigos de ética e para o profissional da contabilidade não é diferente. Cabe ao profissional da área contábil seguir e respeitar o código de ética, mantendo sigilo, conduta pessoal, dignidade, honra, competência e serenidade para proporcionar aos clientes informações com segurança e confiabilidade.

Segundo Lisboa, (1997, p. 21):

O contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. Não basta, assim, a percepção técnica, por melhor que ele seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa.

A área contábil envolve muita responsabilidade e comprometimento. Desta forma, a ética precisa estar ao lado do profissional contábil durante a carreira, especialmente, por trabalhar com recursos e intenções de terceiros. O profissional contábil necessita trabalhar respaldado no código de ética da profissão, visando proteger sua carreira, a classe a qual pertence e a obediência aos padrões éticos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A todo o momento o profissional da contabilidade está envolvido com seres humanos, tendo em vista que, os interesses pessoais geralmente são prioridades e com isso algumas pessoas preferem ultrapassar a ética, fazendo com que o profissional despreze o Código de Ética Contábil. Porém cabe ao contabilista defender os princípios e valores éticos, exercendo a profissão com honestidade, zelo e sigilo das informações.

Segundo o Código de Ética Profissional do Contabilista CRC – ES, (p. 51) “É vedado ao contabilista oferecer ou disputar serviços profissionais mediante aviltamento de honorário ou em conferência desleal. Tal procedimento é uma forma de suicídio profissional”.

O Código de Ética Profissional deixa claro que o descumprimento do código poderá constituir infrações éticas, cabendo ao profissional algumas penalidades.

O código de ética do contabilista descreve por meio do artigo 12 que a violação das normas do código constitui infração ética, podendo chegar a ter penalidades de censura pública, censura reservada e advertência reservada (Código de Ética Profissional do Contabilista – CRC – ES).

De acordo com Lisboa (1997), o objetivo do código de ética para o contador é habilitar esse profissional a adotar uma atitude pessoal, consoante com os princípios éticos conhecidos e aceitos pela sociedade.

### **3 CONCLUSÃO**

Perante aos estudos e a realização do trabalho, concluiu-se que além de todas as exigências para o exercício legal da profissão contábil, existe um elemento fundamental para todas as profissões, o comportamento ético. A ética na profissão contábil é de suma importância, tendo em vista que o profissional contábil pode atuar em diversas áreas, prestando serviços para todas as organizações e pessoas para ajudar na tomada de decisões.

Observou-se que durante a pesquisa bibliográfica deste artigo, a execução dos serviços contábeis deve ser exercida de forma a combinar com a ética, trabalhando respaldado no código, garantindo assim uma boa reputação do profissional e da organização.

Por fim, conclui-se que a hipótese da pesquisa é verdadeira, respondida no tópico 2.2 e 2.3, onde descreve o que acontece com o profissional que desrespeita o código e que ultrapassa os limites da ética.

### **4 REFERÊNCIAS**

1. LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
2. SÁ, Antonio Lopes de. **Ética profissional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
3. VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

# ESTRUTURA DE CUSTOS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Fabiana Monte Lonardelli<sup>1</sup>  
Michel Sampaio Contarato<sup>2</sup>  
Ramila Lázaro Lourenço<sup>3</sup>  
Sirlene Cesconetto<sup>4</sup>

## RESUMO

O artigo aborda a importância de uma boa gestão de custos para as empresas, especialmente para as micro e pequenas empresas. Com o mercado altamente competitivo, toda e qualquer informação é valiosa na hora de encarar a concorrência e conquistar mais clientes. Utilizando-se de pesquisa exploratória descritiva em fontes primárias e fontes secundárias e a coleta de dados em fontes bibliográficas de livros e de artigos de internet, o presente artigo mostrará ao empresário a necessidade de identificar o custo de sua empresa para com essa informação tomar decisões que o ajude a obter lucro e se manter ativo no mercado. Um profundo conhecimento de custo direto e custo indireto auxiliam na determinação de qual ramo da produção está gerando um maior ou menor custo ao produto final. Por meio da gestão de custos, as micro e pequenas empresas poderão verificar se os resultados alcançados estão de acordo com o esperado, tendo assim como determinar estratégias de participação no mercado. Entende-se que a micro e pequena empresa necessita de uma boa estrutura de custos, estar bem informada e buscar uma constante redução e melhoria contínua dos custos, ou seja, precisa introduzir alternativas de redução de custo de forma a não afetar a qualidade e o valor do produto ou serviço final, conseguindo assim se manter ativa e competitiva no mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão. Lucro. Informação. Mercado.

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha desse tema ocorreu devido à necessidade das Micro e Pequenas Empresas terem conhecimento sobre os seus custos e a importância dessa informação para a sua continuidade no mercado.

Será abordado a Estrutura de Custos nas Micro e Pequenas empresas, onde será apresentado definições do que é custo, suas variações em direto e indireto e a necessidade de seu conhecimento.

Segundo Carrone (apud BINAFO; ESTRADA, 2002, p. 2):

É frequente o empresário desconhecer qual o ponto de equilíbrio de sua empresa, como apurar o preço de venda de um produto ou mercadoria, qual montante deve faturar, quanto necessita produzir e o que de fato precisa vender.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>4</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

As empresas não tem dado o devido valor ao fato de estarem conscientes sobre os seus custos, diante disso surge o seguinte questionamento: Qual a importância para as Micro e Pequenas Empresas terem conhecimento de seus custos?

O artigo tem o objetivo de demonstrar a necessidade que a Micro e Pequena Empresa tem de conhecer e usufruir na sua administração da estrutura de custo. Quando se acredita que bem esclarecidos sobre os seus custos a empresa terá como apurar um resultado real, isto é, lucro ou prejuízo, evitando assim que encerre a sua atividade.

O artigo será desenvolvido a partir de uma pesquisa exploratória, descritiva em fontes primárias e fontes secundárias e a coleta de dados se darão em fontes bibliográficas de livros e de artigos de internet.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 CUSTOS**

Custo é o montante (valor) dos gastos comprometidos e indispensáveis para a obtenção, transformação e outros procedimentos necessários para obter os estoques a sua condição e modo atual, e compreende todas as despesas realizadas na sua obtenção e formação, de maneira a arrumá-los em situação de ser negociado, transformado, usados na criação de produtos ou na prestação de serviços que façam parte do objeto social da empresa, ou ocorridas de qualquer outra maneira.

Segundo UNEMAT-NET (2012):

Custo é o gasto relativo a bens ou serviços utilizados na produção de outros bens e serviços, isto é, o valor dos insumos usados na fabricação dos produtos da empresa. Exemplo: materiais, trabalho humano, energia elétrica, máquinas e equipamentos, entre outros. O custo se diferencia do gasto pelo fato que esse último refere-se aos insumos adquiridos, enquanto que o custo está relacionado com os insumos efetivamente utilizados.

Exemplo 1: Se a empresa compra 1.000 unidades de matéria-prima, mas só usa 800 unidades no período, os gastos equivalem as 1.000 unidades, porém os custos são o montante relativo às 800 unidades utilizadas.

Exemplo 2: Na compra de uma máquina industrial, o gasto equivale ao valor total, enquanto o custo será a parcela utilizada da máquina no processo de industrialização. A identificação desse custo é feito por um item de custo denominado de “depreciação”, o qual se refere à parte do equipamento consumido no período.

Conforme Eliseu Martins (apud VIANA, WAGNER, 2012):

Custo é um gasto relativo ao bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. São insumos de bens de capitais ou serviços efetuados para execução de determinados objetos.

Ainda Olivio Koliver (apud VIANA, WAGNER, 2012), esclarece que os:

Custos são insumos de capitais, bens ou serviços, efetuados para consecução de determinados objetivos. Estes insumos assumem, primeiramente, uma expressão física e se traduzem, posteriormente, pela expressão monetária dos mesmos. Assim, melhor definindo, “custo de um bem ou serviço, é a expressão monetária dos insumos físicos realizados na obtenção daquele bem ou serviço, considerando-se o total retorno dos capitais empregados, em termos de reposição”.

### **2.1.1 CUSTOS DIRETOS**

Os custos diretos são gastos diretamente vinculados aos produtos e podem ser avaliados de forma evidente e prática, ou seja, estabelece relação entre as quantidades de material e serviços utilizados na fabricação do produto.

Segundo Wagner Viana (2012):

É aquele que pode ser identificado e diretamente apropriado a cada tipo de bem ou órgão ou objeto a ser custeado, no momento de sua ocorrência, isto é, está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custo. É aquele que pode ser atribuído (ou identificado) direto a um produto, linha de produto, centro de custo ou departamento. Não necessita de rateios para ser atribuído ao objeto custeado.

Ou ainda, são aqueles diretamente incluídos no cálculo dos produtos. São os materiais diretos usados na fabricação do produto e a mão de obra direta. Os custos diretos têm a propriedade de ser perfeitamente mensuráveis de maneira objetiva. Os custos são qualificados aos portadores finais (produtos), individualmente considerados. Por exemplo: a madeira para fabricar móveis, os salários de todos os operários que trabalham diretamente no produto.

Sobre os custos diretos o SEBRAE (2012) afirma que:

São gastos diretamente relacionados aos produtos e podem ser mensurados de maneira clara e objetiva, ou seja, referem-se às quantidades de materiais e serviços utilizados na produção de um determinado produto. Exemplos de custos diretos comuns na indústria: matérias-primas, materiais de acabamento, componentes e embalagens. Em alguns casos, a mão de obra aplicada na produção poderá ser considerada um custo direto. Para que isso ocorra, torna-se necessária a mensuração do tempo utilizado na fabricação do produto.

### **2.1.2 CUSTOS INDIRETOS**

O custo indireto é o gasto não diretamente vinculado aos produtos, por isso, não são avaliados de forma evidente e prática. Desse modo, é importante utilizar um método de divisão para determinar os custos indiretos aos produtos criados.

Conforme Wagner Viana (2012), os custos indiretos:

São os custos que, por não serem perfeitamente identificados nos produtos ou serviços não podem ser apropriados de forma direta para as unidades específicas, ordens de serviço ou produto etc. Necessitam, portanto, da utilização de algum critério de rateio para sua alocação.

Exemplos: 1. mão de obra indireta: é representada pelo trabalho nos departamentos auxiliares nas indústrias ou prestadores de serviços e que não são mensuráveis em nenhum produto ou serviço executado. 2. Materiais indiretos: são materiais empregados nas atividades auxiliares de produção, ou cujo relacionamento com o

produto é irrelevante. São eles: graxas e lubrificantes, lixas etc. 3. Outros custos indiretos: são os custos que dizem respeito à existência do setor fabril. Exemplo: depreciação, seguros contra incêndios da fábrica, transporte e refeições da mão de obra etc.

Segundo SEBRAE (2012):

São gastos não diretamente relacionados aos produtos, portanto, não são mensuráveis de maneira clara e objetiva. Neste caso, torna-se necessário adotar um critério de rateio (distribuição) para alocar tais custos aos produtos fabricados, como por exemplo: aluguel, manutenção e supervisão da fábrica etc.

## 2.2 ESTRUTURA DE CUSTO E A SUA IMPORTANCIA PARA AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS

Um método de controle e análise de custos bem preparado, coerente aos propósitos da empresa, exato e atual, demonstra para a empresa o que está ocorrendo, sendo a base para o administrador tomar decisões acerca da melhor forma de utilizar os recursos para assim melhorar os resultados.

Segundo Zanluca (apud CERIOLI; CUNHA; STREHER, 2009):

Um sistema de custos adequadamente implantado permite gerar informações, que, analisadas em conjunto com as mudanças do mercado, o preço de venda, o volume de vendas e outros dados, trarão subsídios indispensáveis aos administradores. Não se trata de burocratizar, mas de aproveitar informações valiosas para controle dos custos empresariais, podendo proporcionar aos administradores uma visão mais minuciosa de cada setor de sua empresa.

O controle dos custos mostra ao administrador onde estão os erros, excluindo-os em sua origem, resultando em uma melhor utilização das mercadorias, diminuição do custo final e um aumento do lucro.

As empresas têm em suas mãos muitos relatórios e controle sobre a gestão de custo que vão auxiliá-la. Porém, dentre todos, o mais importante, é o de gestão de custo, sendo o mais relevante para se manter em um negócio saudável.

Conforme Zanluca (apud CERIOLI; CUNHA; STREHER, 2009):

Uma empresa que possua um sistema de controle de custos eficiente consegue controlar suas atividades, tendo como finalidade, a redução dos custos de seus produtos e a melhora da produtividade, obtendo assim, vantagem competitiva frente à concorrência, aumento da demanda, obtendo como resultado, a ampliação de sua importância no mercado.

Não possuir um bom controle de custo gera um problema contábil e administrativo, pois, sem realizar o controle corretamente, não se tem como entender a empresa e os resultados são catastróficos. A empresa pode produzir e vender produtos ou serviços, ou investir em projetos que não geram lucro. O descontrole fará a empresa não ter a informação de quais produtos geram lucro e quais geram prejuízos.

O lucro passou de qualidade da receita, das vendas, para um resultado dos custos reduzidos, de forma que para ter um lucro maior precisa ter um custo menor.



Grande parte das micro e pequenas empresas não têm noção clara da estrutura de custos, normalmente elas seguem o preço da concorrência, isto é, determinam seu preço olhando para os preços uns dos outros.

Segundo Cerioli, Cunha e Streher (2009):

O controle de custos permite que a formação do preço de venda seja feito com mais exatidão, garantindo a lucratividade, também auxilia na tomada de decisão de manter ou não uma linha de produção, evitando assim, que a empresa mantenha a produção de um produto ou serviço, operando com prejuízo.

A competitividade faz com que uma gestão de custos eficaz seja indispensável, de modo que, custos mal calculados e mal incorporados ao produto abalam radicalmente a empresa, não importando o porte, ramo ou mercado no qual atua.

Atualmente para uma média e pequena empresa ter o controle correto dos seus custos é a principal forma de se fazer sobreviver o negócio.

Segundo Silva Junior (2011):

Assim, para manter os preços cada vez mais em níveis competitivos, que permitam que os consumidores comprem mais produtos, necessariamente as empresas precisam manter seus custos iguais ou abaixo da concorrência. Reduzindo os seus custos, a empresa diminui seu preço de venda e aumenta seu faturamento através do aumento volume e ao mesmo tempo mantém um preço competitivo para seus produtos.

É por meio de uma boa compreensão administrativa, do entendimento da área financeira e dos conceitos básicos de controle de custo que a empresa terá como alcançar bons resultados.

Nas pequenas, medias e grande empresa sempre existirá uma forma de reduzir custos, seja na racionalização de tarefas, no combate ao desperdício ou pela exclusão do supérfluo. Modificar processos e comportamentos dentro de uma empresa implica em coragem decisória do administrador, resultando em uma boa gestão de custos.

### 2.3 QUAL A RELAÇÃO ENTRE EMPRESAS NÃO TER CONHECIMENTO SOBRE SUA ESTRUTURA DE CUSTO E O SEU ENCERRAMENTO DE ATIVIDADE

A gestão de custos tem como principal objetivo elevar o lucro ao máximo, fazendo dessa estratégia competitiva a principal fonte para levar uma empresa a ter sua permaner assegurada no mercado no qual atua e a conquistar mais mercados.

Segundo Zanluca (apud CERIOLI; CUNHA; STREHER, 2009):

A alta competitividade e a enorme carga tributária, aliada às mudanças constantes do mercado e a busca incessante dos clientes por produtos e serviços de alta qualidade e preços mais acessíveis cria, a cada dia, mais dificuldades para as empresas permanecerem no mercado. Com as margens sobre os preços cada vez mais comprimidas pela concorrência, torna-se cada vez mais importante o trabalho dos administradores na busca pela redução de custos, principalmente de desperdícios e excessos que se verificam na organização, obtendo assim, lucratividade para a mesma e garantindo sua sobrevivência no mercado

As micro e pequenas empresas não conseguirão se manter em operação no mercado sem dispor de um bom controle de custos. Pois toda e qualquer empresa se mantém com seus lucros, logo, se ela não tiver consciência de quanto custa à produção de seu produto ou serviço, não saberá se está tendo lucro ou prejuízo, estando assim vulnerável à concorrência e com grandes problemas financeiros.

Para Curado e Ricardo (apud DIÁRIO DO COMÉRCIO & INDÚSTRIA, 2005):

Uma boa gestão financeira é fundamental para assegurar o sucesso de uma empresa. É o que afirma o consultor financeiro do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (SEBRAE-SP), Ricardo Simões Curado. "O objetivo de qualquer empresa é ter lucro. E, para que isso aconteça, o empresário tem de dar muita atenção a tudo o que acontece com o caixa da sua empresa." Para Curado, não é complicado para um empresário fazer com que seu empreendimento dê retorno. "Antes de tudo, o empreendedor tem de saber produzir alguma coisa e, também, estudar como esse produto pode lhe trazer dividendos. Na seqüência, deve medir custos e estabelecer um preço que seja acessível a seus clientes e que também lhe proporcione um lucro razoável."

As empresas, em especial as micro e pequenas, que iniciam suas atividades sem uma boa gestão da estrutura de custo, trabalham sem entender a empresa, não tem informações para determinar o preço de venda do seu produto ou serviço, acabam seguindo o da concorrência que na maioria dos casos não são compatíveis com os seus custos de produção.

Micro e pequenas empresas operam sem ter conhecimento se está produzindo lucro ou prejuízo e ainda com um alto custo de produção, elas não consegue identificar o problema por não ter uma estrutura de custo, como em grande parte estão gerando prejuízos encerram suas atividades por não conseguir manter o preço de seu produto competitivo.

Empresas com uma boa gestão de custo tem o preço final de seu produto competitivo, que a faz ganhar mais mercado, e tem o seu custo de produção bem otimizado, gerando assim sempre lucro.

### **3 CONCLUSÃO**

No atual cenário econômico que está cada vez mais competitivo, ressalta a importância de uma estrutura de custos competente, fazendo que a empresa produza produtos de alta qualidade, mas que, para produzi-los tenha tido o menor custo, resultando assim no lucro.

O artigo demonstra a grande importância de uma boa estrutura de custos para as empresas, em especial as micro e pequenas empresas.

O presente artigo atinge seu objetivo quando demonstra a necessidade que as Micro e Pequenas Empresas têm de conhecer e usufruir na sua administração da estrutura de custo através do tópico estrutura de custo e a sua importância para as micros e pequenas empresas do desenvolvimento, quando pode-se notar que através da estrutura de custo o administrador identifica se a empresa está trabalhando no lucro ou prejuízo, podendo assim tomar as decisões para manter a empresa no mercado.

Um sistema de custo por si só não tem utilidade, ele tem a finalidade de fornecer informações contábeis que só terão validade se forem usadas no gerenciamento para ajudar na tomada de decisões.

Dessa forma, a hipótese levantada neste artigo pode ser considerada verdadeira, tendo em vista que, empresa que tem uma estrutura de custo eficiente, sabe como está trabalhando, se está tendo lucro ou prejuízo. Através da gestão de custo ela identifica qual produto ou serviço tem a maior e a menor lucratividade, ela estará amparada para saber em qual negócio deve investir.

Portanto a empresa que tem controle de seus custos consegue manter o preço de seu produto ou serviço competitivo, sem perder a qualidade, e ainda obtém lucro para conseguir se manter atuando no mercado.

Micro e pequenas empresas que não dispõem de uma estrutura de custos não conseguirão se manter em operação. Afinal é através da gestão de custo que ela se informa de quanto custa à produção de seu produto ou serviço, e saberá se está tendo lucro ou prejuízo. A empresa se mantém com seus lucros, então, se ela não tem conhecimento, não tem base para poder identificar problemas e soluções para os mesmo, restando assim apenas um caminho a seguir: o da falência.

Uma empresa com uma boa estrutura de custos tem como benefícios um ganho na qualidade de seus produtos ou serviços, que resulta em mais confiança dos clientes, redução de perdas na produção e se torna mais eficiente e especialmente o que todo empresário almeja o lucro.

Assim, recomenda-se que seja abordado com maior ênfase em estudos futuros o seguinte tema, a gestão de custos e a falta de profissionais qualificados, dado a sua relevância quanto à importância de um gestor qualificado dentro da empresa.

## 4 REFERÊNCIAS

1 CERIOLI, Diego; CUNHA, Claudia; STREHER, Tatielle. **Importância do controle de custos nas empresas**. 2009. Disponível em: < <http://www.artigonal.com/financas-artigos/importancia-do-controle-de-custo-nas-empresas-1267179.html>>>>>. Acesso em: 11 Jun. 2012.

2 DIÁRIO DO COMÉRCIO & INDÚSTRIA. **Controle financeiro garante lucro** 2005. Disponível em: < [http://www.sebraesc.com.br/newart/mostrar\\_materia.asp?cd\\_noticia=10715](http://www.sebraesc.com.br/newart/mostrar_materia.asp?cd_noticia=10715) >. Acesso em: 11 Jun. 2012.

3 SILVA, Luiz. [Qual a importância de uma boa gestão de custos](#). 2011. Disponível em: < <http://www.toptalent.com.br/index.php/2011/02/25/qual-a-importancia-de-uma-bo-a-gestao-de-custos/> >. Acesso em: 11 Jun. 2012.

4 SEBRAE. **Guia do empreendedor**: Fluxo de Caixa/Custos na Pequena Indústria. 2012. Disponível em: < [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/1D3580AD490CD14283256F6A0049D684/\\$File/NT000303D2.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/1D3580AD490CD14283256F6A0049D684/$File/NT000303D2.pdf) >. Acesso em: 11 Jun. 2012.

5 UNEMAT-NET. **A ciência contábil e a contabilidade de custos**. 2012. Disponível em: <[http://www.unemat-net.br/artigos/fot\\_17artigo5.pdf](http://www.unemat-net.br/artigos/fot_17artigo5.pdf)>. Acesso em: 11 Jun. 2012.

6 VIANA, Wagner. **Contabilidade de custo**. 2012. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAQbQAJ/contabilidade-custo>> Acesso em: 11 Jun. 2012.

# ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL: NECESSIDADE OU LUXO?

Adenilson Durães <sup>1</sup>  
Joelson de Oliveira Cavaleiro <sup>2</sup>  
Keila de Sousa Bragança <sup>3</sup>  
Leodiene Ferreira da Silva Trevizani <sup>4</sup>  
Rosana Pereira dos Santos <sup>5</sup>

## RESUMO

Este artigo científico apresenta a escrituração contábil como um elemento fundamental para uma empresa, trazendo assim os dois principais livros: Diário e Razão, onde são demonstradas todas as movimentações aos usuários internos da contabilidade, auxiliando-os assim nas decisões para o bom desenvolvimento da empresa. Também aborda a obrigatoriedade dos empresários de manterem a escrituração dos livros contábeis, pois são fiscalizados com rigor. Os livros devem ser escriturados de forma sistemática e cronológica, devendo ser autenticado com os termos de abertura e encerramento, para evitar alterações e fraudes. Para construção do trabalho foi utilizada a metodologia exploratória descritiva, bibliográfica e de campo. O objetivo do mesmo é demonstrar a importância da escrituração contábil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle do Patrimônio. Livro Diário. Livro Razão.

## ABSTRACT

This research paper presents the bookkeeping as a key element for a company, thus bringing the two main books: Diary and Reason, which are shown all drives to internal users of accounting, thus assisting them in the decisions for the good development of the company. It also addresses the obligation of employers to maintain the bookkeeping ledgers, they are monitored rigorously. Books must be recorded systematically and chronologically, shall be authenticated with the opening and closing to prevent changes and fraud. For construction of the descriptive work, bibliographical and field exploratory methodology was used. The purpose of it is to demonstrate the importance of bookkeeping.

**KEYWORDS:** Control Heritage. Agenda book. Ledger.

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha deste tema tem por objetivo demonstrar a importância da escrituração contábil, pois nem sempre os movimentos da empresa são demonstrados de forma correta. A escrituração contábil deve ser realizada de forma clara e correta pelos profissionais de contabilidade, devendo ser demonstrado nos livros contábeis, auxiliando assim aos empresários na tomada de decisão para melhor desempenho da empresa.

<sup>1</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>2</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>3</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>4</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>5</sup> Discente do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

Neste artigo será abordada a escrituração contábil destacando os livros de Diário e Razão.

Diante disso, questiona-se: Qual a importância dos livros “Diário e Razão” para os usuários da contabilidade? Mostrar o maior controle financeiro e econômico das entidades.

Acredita-se que o livro Diário e Razão são de extrema importância para as entidades, pois no livro Diário deve conter o termo abertura e de encerramento, nele são registradas todas as operações realizadas. E o Razão vem complementando o Diário, trazendo os lançamentos de forma detalhada por grupo contábil.

Nesse artigo foi abordada a pesquisa exploratória descritiva e bibliográfica, onde foram analisados livros já elaborados.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL**

Conforme Nery Junior e Ney (2007), a Lei 10.406/2002 a partir do artigo 1.179 (SÃO PAULO, 2007, p. 812 e 813), dispõe a obrigatoriedade da escrituração contábil para empresas e para sociedade empresária:

Art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.<sup>1 a 3</sup>

§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

[...]

De acordo com o art. Citado é obrigatório à escrituração contábil, exceto para os pequenos empresários. Conforme a Presidência da República na lei 123/2006, Lei complementar: São considerados pequenos empresários dispensados da escrituração contábil o empresário individual caracterizado microempresa, cujo faturamento anual bruto não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

A escrituração contábil se torna necessária não apenas para atender as obrigações impostas pela legislação, também é usada para controle do patrimônio das entidades que é o objetivo da contabilidade, por isso ela não pode ser considerada um luxo e sim uma necessidade.

Conforme o Portal da Contabilidade (2012), não se deve confundir a escrituração contábil com livro caixa que traz apenas registro financeiro. A contabilidade deve atender a todos os setores da empresa, trazendo assim informações concretas, claras, e objetiva como: fiscal administrativo, financeira e produção.

Deve-se manter registro de toda movimentação da empresa, como por exemplo; os caixas, bancos e outros. Os livros que trazem estes registros é o livro Diário e o livro Razão.

Para manter a escrituração o empresário deve contratar um profissional de contabilidade conforme os artigos 1.182 e 1.183 do Código civil (NERY JUNIOR; NERY, 2007, p. 813):

Art. 1.182. Sem prejuízo do disposto no art. 1.174, a escrituração ficará sob a responsabilidade de contabilista legalmente habilitado, salvo se nenhum houve na localidade. <sup>1</sup>

[...]

Art. 1.183. A escrituração será feita em idioma e moeda corrente nacionais e em forma contábil, por ordem cronológica de dia, mês e ano, sem intervalos em branco, nem entrelinhas, borrões, rasuras, emendas ou transportes para as margens. <sup>1 a 3</sup>

**Parágrafo único.** É permitido o uso de código de números ou de abreviaturas, que constem de livro próprio, regularmente autenticado. [...]

## 2.2. LIVRO DIÁRIO

Os livros, Diário e Razão, são obrigatórios na escrituração, pois é onde se registra as operações e transações realizadas por uma empresa.

O livro Diário é utilizado para o registro e operações diárias de uma entidade. Nele existem dois tipos de Formalidades, as Formalidades Extrínsecas e Intrínsecas. A formalidade extrínseca é quando é externo, ou seja, formalidade realizada fora da entidade, onde deve seguir uma ordem cronológica de dia, mês e ano, com as datas e enumerações das folhas e autenticação na junta comercial com as datas de abertura e encerramento (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2012).

Nas formalidades intrínsecas é onde diz que os lançamentos deve ter a cor de tinta azul ou preta, sendo que o lançamento pode ser feito a mão ou eletronicamente, não podendo haver rasura, linhas em branco, e em moeda idioma nacional. Ele pode ser dividido em vários livros auxiliares, sendo que cada um e para uma determinada atividade. E não poderá haver erros, pois não se pode usar corretivos e se houver deverá ser corrigido por um estorno ou um lançamento complementar (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2012).

Sua ordem de lançamento deve ser rigorosamente seguida com local e data da operação; conta devedora; conta credora, o histórico onde contem dados da operação registrada como numero da nota fiscal, cheque, etc. e por ultimo o valor da operação em reais.

Conforme o Código Civil comentado de 2007, em seu art. 1.184 (NERY JUNIOR; NERY, 2007, p. 813):

No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas do exercício da empresa. <sup>1</sup>

§ 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de 30 (trinta) dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

§ 2º Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos serem assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

[...]

### 2.3. LIVRO RAZÃO

O livro Razão é onde se registra os lançamentos das operações contábeis de Débito e Crédito, realizadas pela empresa. Lançam-se os dados em suas respectivas contas, seguindo uma ordem cronológica (PORTAL DA CONTABILIDADE 2012).

Os lançamentos são feitos sistematicamente em ordem, destinando uma folha para cada conta, cada operação lançada referente a cada elemento específico do patrimônio da entidade (PORTAL DA CONTABILIDADE 2012).

O livro Razão é um dos livros contábeis obrigatórios de uma empresa perante as leis fiscais a legislação tributária exige a manutenção deste livro pelo período de cinco anos.

O livro Razão está diretamente ligado ao livro diário e vice-versa, a conta creditada no Diário, será também creditada no Razão. Sendo o livro Razão subsequente ao livro diário.

A diferença principal desses dois (2) livros é que no diário tem o registro das operações efetuadas de todas as contas, já no livro razão você tem o registro, conta por conta, diário semanal e mensal, etc.

O mesmo deve conter o termo de abertura e encerramento, com a assinatura do Profissional o contador e o responsável pela entidade.

## 3 CONCLUSÃO

Conclui-se que a escrituração contábil é uma necessidade, e não um luxo. Através dela, os usuários da Contabilidade podem analisar o desempenho da empresa. Nesses livros são registradas toda a movimentação da entidade, no Livro Diário são demonstrados os lançamentos por dia, no Livro Razão e demonstrado os lançamentos por grupo contábil, complementando o Livro Diário.

A escrituração dos livros abordada no artigo, não é apenas para gerar relatórios que atenda a legislação governamental, ou por simples luxo da empresa. Mas sim uma necessidade, que auxilia os empresários e administradores, nos controles financeiros e para tomar decisões que possam beneficiar o crescimento da empresa, confirmando assim a hipótese levantada anteriormente.

Com o avanço da tecnologia a escrituração contábil está sofrendo várias transformações, uma delas é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o qual se recomenda que seja abordado em pesquisas futuras.

## 4 REFERÊNCIAS

1. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**. 5. ed. Ver. , amp. e atual. – São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
2. PORTAL DA CONTABILIDADE. **Escrituração contábil- necessidade ou luxo?**  
Disponível em:



<<http://www.portaldaconmtabilidade.com.br/tematicas/escrituracaocontabil.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

3. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Casa Civil** – subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp139.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp139.htm)>. Acesso em: 21 jun. 2012.

## AUDITORIA INTERNA E A REALIZAÇÃO DE SUAS FUNÇÕES

Danieli Braide da Silva<sup>1</sup>  
 Edjane Maria Ricardo<sup>2</sup>  
 Jaqueline Lopes Conceição<sup>3</sup>  
 Jéssica Gabriel Pereira<sup>4</sup>  
 Marinara dos Santos Bueno<sup>5</sup>  
 Sabrine Almeida Bessa<sup>6</sup>

### RESUMO

Sabe-se que dentro da contabilidade existem diversas áreas em que o contador pode exercer, sendo que feita especialização. Uma das especializações é a auditoria interna que tem a principal função de assessorar a administração para que não ocorram erros e fraudes. Dentro da auditoria interna destacam-se seis tipos de auditoria interna, a auditoria contábil, a auditoria operacional, auditoria compliance, auditoria interna de sistemas, auditoria fiscal e tributária e auditoria de qualidade e ambiental. Toda auditoria consiste em análise, exames e comprovações, se houver algum erro ou tipo de fraude, deve aconselhar por escrito aos administradores a tomar a melhor decisão para o caso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Contabilidade. Auditoria Interna.

### ABSTRACT

We know that in accounting there are several areas in which the accountant can exercise, by taken a specialization. One of the specialties is the internal auditing that has the primary goal of advising the administration for not occurring errors and fraud. Within the internal auditing highlights are six types of internal auditing: accounting auditing, operational auditing, compliance auditing, internal systems auditing, tax auditing, and quality and environmental auditing. Every auditing aims to analyze, examinations and verifications, if there is any mistake or fraud, shall advise in writing to administrators to make the best decision for the case.

**KEY WORDS:** Accounting, Internal Auditing.

## 1 INTRODUÇÃO

O que leva o auditor a renunciar suas funções dentro da organização?

Acredita-se que o auditor interno ao detectar erros relevantes, fraudes no decorrer de seu trabalho tem a obrigação de comunicar a administração da organização e sugerir medidas corretivas.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>2</sup> Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>3</sup> Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>4</sup> Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>5</sup> Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>6</sup> Discente do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

O objetivo deste artigo é mostrar as funções de um auditor interno e como são realizadas dentro da empresa.

O assunto abordado utilizou-se uma pesquisa bibliográfica com objetivo descritivo onde demonstra as funções realizadas pelo auditor interno dentro da entidade.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A auditoria está ligada diretamente com a contabilidade, pois muitos profissionais contábeis por motivos pessoais da empresa manipulam informações para a conquista de tais objetivos indiretos, como empréstimos, sonegação de impostos entre outros. Logo, o auditor no decorrer de seu trabalho tem a função de comunicar a gestão da entidade e sugerir medidas corretivas para melhor apresentação das demonstrações financeiras.

De acordo com Attie (2010, p. 7):

A contabilidade foi a primeira disciplina desenvolvida para auxiliar e informar o administrador, sendo ela a formadora de uma especialização denominada auditoria, destinada a ser usada como uma ferramenta de confirmação da própria contabilidade.

O profissional que iniciou o trabalho de auditoria deveria ser reconhecido, por ser uma profissão de suma importância no mercado atual, muitas fraudes são impedidas de ocorrer ou descobertas em uma fiscalização através do auditor contábil.

Segundo Crepaldi (2012, p. 3):

O desenvolvimento da profissão do contador na atividade de auditoria foi estruturado, fundamentalmente, na necessidade que tinham os usuários da informação contábil de contar com uma opinião independente e objetiva que agregasse credibilidade e confiabilidade às manifestações que a gerência faz, por meio das demonstrações contábeis, sobre a situação econômica e financeira da entidade.

### 2.1 AUDITORIA

O auditor desenvolve um importante trabalho por meio de estudos e avaliações dentro das entidades que tem por finalidade estabelecer resultados precisos sobre determinada situação, com objetivo de evitar fraudes e subornos dentro de uma organização.

Segundo Lins (2011, p. 3):

Auditoria seja qual tipo for, interna ou externa, significa conferência, verificação, análise e avaliação e, acima de tudo, comunicação dos resultados dentro de um determinado objetivo ao qual a auditoria se propõe. A palavra auditoria tem como origem o latim *audire*, cujo significado é ouvir. Os ingleses adotaram e ampliaram o conceito para *auditing* com um sentido mais voltado para revisão, verificação.

Segundo Attie (2010, p. 5) “a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”.

O auditor trabalha como exame analítico para testar a eficiência do balanço patrimonial da entidade de forma minuciosa.

Segundo Jund (2003, p. 25):

A contabilidade utiliza-se também uma técnica que lhe é própria, chamada auditoria, que consiste no exame de documentos, livros e registros, inspeções, obtenção de informações e confirmação interna e externa, obedecendo a normas apropriadas de procedimento, objetivando verificar se as demonstrações contábeis representam adequadamente a situação nelas demonstrada, de acordo com princípios fundamentais e normas de contabilidade, aplicados de maneira uniforme.

Dentro da auditoria, podem-se destacar os seguintes tipos: auditoria interna e auditoria externa.

Auditoria interna: é um funcionário da empresa, onde possui grande responsabilidade de manter relatórios e demonstrações diárias apresentáveis para o fisco.

Segundo Lins (2011, p. 4):

É conduzida por funcionário da própria empresa na qual a auditoria é executada e em geral envolve a avaliação de desempenho, controles internos, sistemas de computação, qualidade de serviços e produtos etc. busca a identificação de não conformidades, prevenção e/ou detecção de falhas de operação, discrepâncias nas atividades, administrativas, possibilitando maior confiabilidade das informações geradas, bem como garantindo a salvaguarda dos ativos da empresa.

Auditoria externa: é um profissional independente contratado para controlar e fazer acertos necessários em movimentos contábeis de uma empresa.

Segundo Crepaldi (2007, p. 42) “a auditoria externa é executada por profissional independente, sem ligação com o quadro de funcionários da empresa. Sua intervenção é ajustada em contrato de serviços”.

## 2.2 AUDITORIA INTERNA

A auditoria interna ajuda à administração a encontrar divergências e resolvê-las, revisando as operações realizadas pela diretoria e encontrando uma solução precisa.

Crepalde (2012, p. 34) define:

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. É executada por um profissional ligado à empresa, ou por uma seção própria para tal fim, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

É dever de todo auditor interno auxiliar os empresários responsáveis pela entidade na prevenção de erros e fraudes, e quando houver deve informá-los de forma escrita, sobre os indícios ou confirmação dos erros encontrados durante seu trabalho.

Segundo Attie (2010, p. 246):

De qualquer forma, entende-se que o trabalho de auditoria interna dentro do conceito correto deve ter como objetivo geral assessorar a administração no desempenho eficiente de suas funções, fornecendo-lhe análise, avaliações, recomendações e comentários sobre as atividades auditadas.

Para Lins (2011, p. 6-9), destacam-se seis tipos de auditoria interna. São elas:

a) Contábil

A auditoria interna contábil tem como foco principal os controles internos e qualidade das informações geradas. Objetiva, em última análise, a salvaguarda dos ativos da empresa. Nesse sentido, busca adequação, integração e equilíbrio entre a gestão de riscos operacionais e os controles internos. Este tipo de auditoria, dadas as suas peculiaridades de continuidade, é a única que não é comumente prestada por terceiros. O resultado do seu trabalho é um relatório, de maneira geral, composto da seguinte forma:

- Problema verificado;
- Consequências para a empresa;
- Sugestões para solução do problema.

A auditoria interna contábil presta alguns serviços para a auditoria externa principalmente em relação à abertura de papéis de trabalho e contagens físicas.

b) Operacional

A auditoria interna operacional, também denominada de auditoria interna de desempenho, tem por objetivo a análise das atividades operacionais visando avaliar, e se necessário corrigir, a relação custo-benefício, entre os recursos demandados pela empresa e sua aplicação de maneira eficiente/eficaz de acordo com os objetivos operacionais, táticos e estratégicos determinados pela alta direção. Faz uso intensivo de indicadores econômico-financeiros, notadamente com base no *benchmark* do segmento de atuação.

c) De *compliance*

A auditoria interna de *compliance* tem como foco a verificação do cumprimento das normas aplicáveis à empresa e os regulamentos internos. Visa, em um primeiro momento, avaliar os riscos de sanções legais e/ou pecuniárias pelo não acatamento integral ou parcial das normas às quais a empresa está submetida. Na parte interna, avalia o cumprimento dos regulamentos, códigos de conduta e ética e todo e qualquer tipo de procedimentos administrativos determinados pela alta administração. Em alguns momentos, quando não devidamente planejada e executada, pode vir a se sobrepor à auditoria contábil. Este tipo de auditoria é muito comum em empresas que atuam no mercado financeiro, notadamente em bancos.

d) De sistemas

A auditoria interna de sistemas, junto com a auditoria interna contábil, é o alicerce para que a auditoria externa estabeleça o grau de confiança nos controles internos e, por conseguinte, determine o volume de testes a serem executados.

O foco da auditoria de sistemas encontra-se na segurança e acuracidade das informações geradas pelo sistema de informação. Como todas as informações geradas pela empresa têm algum grau de confiabilidade imputado, é importante garantir que o acesso a tais informações só seja permitido a pessoas devidamente autorizadas. Nesse sentido, fundamental que a auditoria de sistema efetue constantemente teste buscando possíveis falhas e discrepâncias, bem como novas tecnologias de segurança. Outra atribuição do auditor interno de sistemas é garantir que os *inputs* efetuados no sistema sejam efetivamente consistentes com os *outputs*. Assim, cálculos financeiros e tributários, por

exemplo, devem ser constantemente testados para buscar possíveis cálculos desatualizados em função de possíveis mudanças na legislação.

e) Fiscal e tributária

A auditoria interna fiscal e tributária tem como principal objetivo a avaliação dos procedimentos fiscais e tributários utilizados pela empresa com o intuito de verificar o cumprimento das normas fiscais e tributárias de forma a inibir possíveis contingências futuras. Compreende também a revisão das obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas com o departamento de recursos humanos. Embora tenha como foco a empresa como um todo, uma vez que todas as transações efetuadas pela empresa de alguma forma afetam o resultado e, portanto, os impostos incidentes, alguns grupos de contas em empresas comerciais e industriais normalmente recebem maior atenção dessa auditoria, tais como estoques, vendas-compras.

É também função da auditoria fiscal e tributária a constante avaliação das normas legais na busca de possíveis novos procedimentos que acarretem economia no pagamento de impostos, taxas e contribuições; é a chamada elisão fiscal.

f) De qualidade e ambiental

Essas auditorias visam à melhoria dos sistemas de gestão de qualidade e ambiental. Resumem-se em processo sistemático e documentado visando identificar possíveis problemas (riscos) e oportunidades de melhorias relacionadas direta ou indiretamente à melhoria da qualidade dos produtos e redução dos impactos ambientais das atividades da empresa.

Com a realização do trabalho de uma auditoria interna a administração fica mais segura ao preceder seu trabalho com segurança. Um bom auditor interno na empresa estabelece uma certeza razoável de que os objetivos da entidade estão sendo cumpridos de maneira correta.

## 2.3 AUDITORIA INTERNA E SUAS FUNÇÕES

Com a globalização e o crescimento da competitividade as empresas buscam estratégias para melhorar o desempenho de seu negócio. Sendo assim, foi necessário criar novas expectativas para adquirir vantagem competitiva tornando a auditoria interna essencial nesse processo.

Para NBCT-12 (Resolução CFC nº 986/03/) (apud LINS, 2011, p. 5):

A auditoria interna compreende exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir a administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Segundo Crepaldi (2012, p. 254):

O auditor pode concluir que é necessário retirar-se do trabalho, quando a entidade não tomar as medidas corretivas relacionadas com fraude que ele considera necessárias às circunstâncias, mesmo quando a fraude for relevante para as demonstrações contábeis.

Observa-se que o trabalho do auditor consiste em documentos e registros dos fatos contábeis, com a formalização de opiniões, críticas, recomendações e sugestões sobre o fato ocorrido.

### 3 CONCLUSÃO

Através da análise dos dados pesquisados, obtiveram-se subsídios para atingir os objetivos propostos e responder o problema em questão: o que leva o auditor a renunciar suas funções? Notou-se que para um auditor renunciar as atividades a diretoria da organização não realiza os procedimentos corretos para a correção dos erros.

A hipótese desse estudo é verdadeira, pois o auditor interno após detectar erros e fraudes em um determinado exame realizado dentro da organização, que tem o dever de comunicar à administração para serem tomadas as decisões necessárias.

### 4 REFERÊNCIAS

1. ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
2. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil**: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
3. JUND, Sergio. **Auditoria**: conceitos, normas técnicas e procedimentos: teoria e 700 questões – Estilo ESAF, UNB e outras Bancas Examinadoras. 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.
4. LINS, Luis dos Santos. **Auditoria**: uma abordagem prática com ênfase na auditoria externa: atualizado pelas leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas do CPC. São Paulo: Atlas, 2011.

## IMPACTO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO DESEMPENHO ORGANIZACIONAL: ANÁLISE DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA DE 2008 A 2012

Thekeane Pianissoli<sup>7</sup>  
Washington Romão dos Santos<sup>8</sup>

### RESUMO

Esse trabalho se propôs realizar uma análise bibliométrica sobre os temas inovação tecnológica e desempenho organizacional, em artigos disponíveis na base de dados *Web of Knowledge*. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômicas (OCDE, 2005) embora muito incentivadas por governos, empresas e instituições de pesquisa, as inovações tecnológicas ainda precisam ser estudadas quanto ao seu real impacto no desempenho das organizações. Dessa forma, esse trabalho visa mapear as discussões promovidas sobre os temas inovação tecnológicas e desempenho organizacional no período de 2008 a 2012. Organizado em forma de uma pesquisa bibliométrica, foram selecionados 49 artigos científicos em periódicos internacionais classificados como “A” pelo sistema Qualis Capes nos últimos cinco anos. Neste trabalho, foram abordados as inovações e seus efeitos sobre o desempenho das organizações, através da análise das novas tecnologias inseridas nos produtos/serviços, no marketing ou processo, centrado-se no desempenho econômico. Para entender a produção científica de pesquisas relacionadas com inovação tecnológica e desempenho organizacional, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica que consistiu em uma busca nos últimos 5 anos de artigos com essa temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avanço da Tecnologia. Organização. Transformações.

### ABSTRACT

This work proposes performing a bibliometric analysis on the themes technological innovation and organizational performance, in articles available on the Web of Knowledge database. According to the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD , 2005) although very encouraged by governments , companies and research institutions, technological innovations have yet to be studied as to its actual impact on organizational performance . Thus, this work aims to chart the discussions on the themes promoted technological innovation and organizational performance in the period 2008-2012. Organized in the form of a bibliometric research, 49 scientific articles in international journals selected were classified as "A" by the system Qualis Capes the last five years . In this work , will be addressed innovations and their effects on organizational performance through the analysis of new technologies embedded in products / services , marketing or process , focusing on economic performance. To understand the production of scientific research related to technological innovation and organizational performance, and an exploratory literature search that consisted of a search in the last 5 years of articles on this topic was held.

**KEY-WORDS:** Advancement of Technology. Organization. Transformations.

---

<sup>1</sup>Especialista em Didática de Ensino Superior e Gestão Empresarial. Especialista e Graduada em Administração pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia.

<sup>2</sup>Mestrando em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista e Graduado em Administração pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia.



## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os avanços tecnológicos introduzidos nas organizações tem transformado as relações de consumo, principalmente as inovações baseadas na tecnologia da informação e comunicação que tem mudado a forma como as pessoas se relacionam e realizam suas atividades diárias. A inovação tem representado um importante instrumento estratégico às organizações no sentido de dinamizar seus processos, diminuir custos, melhorar a qualidade dos produtos e serviços, além de melhorar a logística de distribuição, proporcionando ganhos em competitividade e melhor desempenho econômico (TALKE, SALOMO, ROST, 2007).

A inovação é vista como um importante instrumento nas estratégias de crescimento das organizações, para aumentar a participação de mercado e fornecer vantagem competitiva. Isso tem atraído atenção de muitos pesquisadores nas últimas décadas, que enxergaram na inovação uma fonte de vantagem e uma alternativa de diferenciação frente aos demais concorrentes além do potencial na melhoria de processo e desempenho organizacional. Motivadas pelo aumento da concorrência nos mercados globais, as empresas começaram a compreender a influência e importância da inovação, uma vez que maiores graus de competição deverão resultar em taxas mais aceleradas de mudança tecnológica (UTTERBACK e SUAREZ, 1993). Assim, as inovações constituem um componente indispensável no desenvolvimento das estratégias corporativas, por atuarem nos processos de fabricação, tornando-os mais produtivos, melhorando o desempenho organizacional e transmitindo uma imagem positiva aos clientes.

O presente estudo utiliza o Manual de Oslo, (OCDE, 2005), principal base internacional de diretrizes para a definição e avaliação de atividades relacionadas à inovação, como fonte de referência básica para descrever, identificar e classificar a inovação no nível da organização. A inovação é caracterizada pelo Manual Oslo (OCDE, 2005) como a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou melhorado, novo processo, novo método de marketing ou novo método organizacional, nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. Nesse contexto a inovação pode ser entendida como a utilização de uma invenção em algo prático, novo ou com melhorias, que associado às tecnologias existentes resulte em valor para o negócio.

No Manual Oslo da OCDE (2005), divide a inovação em quatro tipos: produto, processo, marketing e organização. A inovação de produto envolve características novas ou substancialmente melhoradas o serviço oferecido aos consumidores, já a inovação de processo envolve métodos, equipamentos e/ou habilidades para o desempenho do serviço novo ou substancialmente melhorado. A inovação de marketing introduz um novo método de marketing que gere mudanças significativas na concepção do produto e seu posicionamento de mercado. Inovação organizacional é caracterizada pela introdução de um novo método organizacional nas práticas empresariais que altere suas relações externas. Inovações organizacionais têm uma tendência para aumentar o desempenho da empresa, reduzindo custos administrativos e de transação, melhorar a satisfação no local de trabalho (GUNDAY, ULUSOY, KILIC e ALPKAN, 2011). Segundo Damanpour e Evan (1984), a inovação pode ser entendida como uma resposta da organização ao meio em que está inserido, favorecendo mudanças na estrutura e nos processos organizacionais.

Para entender a produção científica de pesquisas relacionadas com inovação tecnológica e desempenho organizacional, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica que

consistiu em uma busca nos últimos 5 anos de artigos com essa temática. O trabalho é baseado em artigos científicos publicados entre 2008 e 2012 nas revistas científicas de conceito “A” pelo Sistema Qualis da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nas áreas Administração, Ciências Contábeis, Turismo e Economia. O conceito “A” foi escolhido pelas características peculiares desses periódicos: originalidade, assertividade da pesquisa científica, adequação metodológica ao tema, relevância ou influência potencial, contribuições para o avanço do conhecimento científico e repercussão, popularidade ou visibilidade na comunidade acadêmica. Foram selecionados somente periódicos que estivessem disponíveis no portal periódicos Capes na versão eletrônica.

De acordo com o Qualis da Capes, na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo existem 158 periódicos classificados como “A1” e “A2”. Na área de Economia existem 64 periódicos com a referida classificação. Alguns dos periódicos citados, em função das características das publicações, são avaliados em ambas as áreas do conhecimento. De acordo com os periódicos classificados segundo a proposta de pesquisa, 4 apresentaram duplicidade, totalizando 218 periódicos disponíveis para pesquisa.

TABELA 1 – NÚMERO DE PERIÓDICOS POR ÁREA E POR CLASSIFICAÇÃO

Área	A1	A2
Administração, Ciências Contábeis e Turismo	76	82
Economia	28	36
Total	104	118
Total das áreas		222

Fonte: WebQualis CAPES (2012).

Em cada um dos periódicos disponíveis foram realizadas pesquisas com o termo, “inovação tecnológica” e “desempenho” e verificadas sua disponibilidade na base de dados do Portal Periódicos Capes. Os artigos publicados nos periódicos, mas não disponibilizados em formato digital na base de dados Capes Periódicos foram descartados. Neste trabalho, foram abordados as inovações e seus efeitos sobre o desempenho nas organizações, através da análise das novas tecnologias inseridas nos produtos/serviços oferecidos, no marketing ou processo, centrando-se no desempenho econômico. Dessa forma, a principal contribuição desse estudo foi quantificar e identificar quais periódicos tratam da temática inovação tecnológica e desempenho organizacional, bem como o direcionamento das pesquisas publicadas.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 INOVAÇÃO

De acordo com o OCDE (2005, p. 55) “[...] a complexidade do processo de inovação e as variações na forma como ocorre nas empresas, faz com que seja necessário adotar convenções com o objetivo de fornecer definições operacionais que possam ser usadas em pesquisas padronizadas sobre empresas”. Grande parte das pessoas confunde invenção com inovação, isso porque o termo inovação significa de algo novo e/ou renovado. Nesse sentido inventar seria inovar, porém, Drucker (1986) distingue inovação de invenção, associando a primeira à ideia de explorar novas oportunidades e gerar valor à organização. Schumpeter (1934) descreveu os diferentes tipos de inovação: novos produtos, novos métodos de produção, novas

fontes de fornecimento, a exploração de novos mercados e novas formas de organização empresarial.

A inovação é um dos instrumentos fundamentais de estratégias de crescimento para entrar em novos mercados, aumentar a quota de participação no mercado existente e fornecer à empresa vantagens competitivas (GUNDAY *et al.*, 2011). Motivados pela concorrência acirrada nos mercados globais, as empresas começaram a entender a importância da inovação, uma vez que as mudanças tecnológicas rapidamente corroem o valor acrescentado dos produtos e serviços existentes.

A inovação tem sido empregada em ambientes dinâmicos de rápida mudança, assim as empresas têm implantado vários tipos de programas de melhoria para aumentar sua competitividade. Para fornecer abordagens eficazes, pesquisadores e indústria têm defendido variadas filosofias gerenciais e procedimentos, incluindo gestão da qualidade total (TQM), just-in-time (JIT), e reengenharia de processos de negócios (BPR), todos com a finalidade de gerar melhoria e economia nos processos das empresas, além de ganhos em agilidade e produtividade (CHEN, 1999).

Nesse trabalho, a OCDE, por meio do Manual de Oslo (OCDE, 2005) - base primária internacional de diretrizes para definir e avaliar as atividades de inovação, bem como para a compilação e utilização de dados relacionados -, foi tomada como fonte de referência fundamental para descrever, identificar e classificar inovações ao nível das empresas. O Manual de Oslo (OCDE, 2005) faz uso de uma estrutura que abrange diversas visões de várias teorias da inovação baseadas na empresa e aborda a inovação como um sistema de inovação, que compreende:

- *Inovação no produto* - introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que tange às suas características ou usos estimados;
- *Inovação no processo* - implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou *softwares*;
- *Inovação de marketing* - implementação de um novo método de *marketing* com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços;
- *Inovação organizacional* - implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas.

De acordo com a PINTEC (2008), inovação tecnológica é a introdução de um produto (bem ou serviço), processo produtivo tecnologicamente novo ou aprimorado; tendo sido desenvolvida pela empresa ou adquirida de outra empresa/instituição que a desenvolveu. Freeman e Soete (2008) afirmam que as inovações são importantes não apenas para gerar riqueza, mas também para permitir que as pessoas façam coisas que não poderiam anteriormente. Isso tem relação com as inovações introduzidas na última década, que ao permitirem realizar transações através de aparelhos celulares, por exemplo, dinamizaram as relações de consumo. enquanto as inovações de processo têm a função de apoiar e facilitar a implementação das inovações de produto e aumentar as suas contribuições.

## 2.2 DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

A avaliação do desempenho organizacional tem recebido crescente atenção dos pesquisadores nas últimas décadas, mas não há consenso quanto a sua operacionalização, já que embora a literatura sobre o tema disponibilize inúmeras medidas de desempenho, nenhuma, isoladamente, é capaz de abranger todos os aspectos relevantes do desempenho organizacional (COMBS; CROOK; SHOOK, 2005). Para Slack et al. (1997), a complexidade com que as empresas se apresentam no mercado impossibilita a redução do desempenho do negócio a um único indicador, exigindo assim a combinação de variados indicadores para que se amplie a análise do desempenho organizacional.

Os primeiros estudos sobre o desempenho, realizados nos anos 1950, procuraram identificar medidas que representassem as atividades dentro do contexto organizacional (MARTINDEL, 1950; RIDGWAY, 1956). Essa ideia foi reproduzida por Drucker (1954) ao desenvolver o que ficou conhecido como Administração por Objetivos. Os estudos de Drucker foram complementados por Koontz e O'Donnell (1974), mas o final da década de 1970 foi marcado por críticas aos modelos de mensuração das atividades estritamente internas à organização.

As pesquisas sobre mensuração do desempenho foram então direcionadas para o foco nos indicadores financeiros (retorno sobre ativos, retorno sobre patrimônio, retorno sobre as vendas). No entanto, a grande aceitação e utilização pelos pesquisadores de medidas financeiras na avaliação do desempenho não impediram que estas viessem também a se tornar alvo de críticas, porque tais modelos deixavam de lado indicadores de satisfação do consumidor, satisfação do funcionário, qualidade e inovação, considerados de grande importância para o desempenho do negócio (ITTNER; LARCKER, 1998). Às medidas de desempenho financeiro somaram-se então medidas de eficiência e eficácia das atividades do negócio ou desempenho operacional (NEELY, 2005) que compreende todas as medidas e indicadores estabelecidos para a avaliação das operações da organização (PERERA; HARRISON; POOLE, 1997).

As informações de desempenho são utilizadas pelas organizações para direcionar seu planejamento, desenvolver estratégias que permitam aproveitar oportunidades, se defender de possíveis ameaças, além de auxiliar no entendimento dos resultados que sendo gerados pela transformação dos recursos materiais, humanos e tecnológicos. Neely et al (1995) salientam que o desempenho fornece ao gestor possibilidades de medir ações da organização, como sua capacidade produtiva, o nível de eficiência e eficácia dos processos, resultados das vendas, dessa forma existem diversos tipos de desempenho que são medidos de forma diferentes.

De acordo com a literatura, quatro diferentes dimensões de desempenho são utilizadas para representar o desempenho organizacional (BARRINGER E BLUEDORN, 1999; HAGEDOORN; CLOODT, 2003). Estas dimensões são desempenho inovativo, desempenho da produção, desempenho do mercado e desempenho financeiro.

Grande parte das pesquisas sobre avaliação de desempenho concentra-se nas variáveis que podem ser medidas e na forma como a medição é operacionalizada, gerando informações numéricas de desempenho. Entretanto, o mais importante na medição não está nos valores gerados, muito menos nas medidas selecionadas, nem tampouco na forma como os dados são apresentados, mas nas decisões gerenciais e ações resultantes dessas medições que podem impactar a trajetória da organização e seus futuros resultados (MURPHY; TRAILER; HILL, 1996; NEELY et al., 1995).

### 3 RESULTADOS E ANÁLISES

Inicialmente foram encontrados 1.500 artigos que continham no título, resumo ou palavras chave os termos inovação tecnológica e desempenho, após filtragem por classificação do periódico e ano, 206 artigos foram selecionados, os quais passaram por uma filtragem do conteúdo, restando 49 artigos publicados que tratavam da inovação tecnológica e o desempenho organizacional. Dentre esses, apenas 6 utilizavam modelagem equações estruturais (SEM) ou algum método estatístico para análise dos dados coletados, demonstrando a pouca utilização de ferramentas estatísticas em pesquisas sobre o tema, que se justifica em parte por ser algo relativamente novo e que está sendo introduzido em pesquisas na área de ciências sociais aplicadas.

TABELA 2 – NÚMERO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS (ARTIGOS) SOBRE O TEMA NOS ÚLTIMOS 5 ANOS.

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Nº Publicações	3	15	19	10	2	49

Fonte: WebQualis CAPES (2012).

Os resultados encontrados demonstram que o periódico *Research Policy* teve o maior número de publicações relacionadas à inovação e desempenho com 19 artigos selecionados. Isso é compreensível, uma vez que o seu foco são trabalhos relacionados à política, gestão e estudos econômicos da ciência, tecnologia e inovação (SAQUETTO e CARNEIRO, 2011). Em seguida o periódico *Business Strategy and the Environment* apresentou 6 artigos e o *International Journal of Strategic Management* 4 artigos, sugerindo certa afinidade desses periódicos com assuntos relacionados à inovação e seus impacto nas organizações.

TABELA 3 – PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS POR PERIÓDICO

Periódicos	Qtde. de artigos
<i>Research Policy</i>	19
<i>Business Strategy and the Environment</i>	06
<i>International Journal of Strategic Management</i>	04
<i>Journal of Cleaner Production</i>	03
<i>Expert Systems with Applications</i>	02
<i>International Journal of Information Management</i>	02
<i>International Journal of Production Economics</i>	02
<i>Journal of Business Research</i>	02
<i>Business Strategy and the Environment</i>	01
<i>Economics Letters</i>	01
<i>European Journal of Operational Research</i>	01
<i>International Journal of Industrial Organization</i>	01
<i>International Journal of Innovation Management</i>	01
<i>Journal of Economic Behavior &amp; Organization</i>	01
<i>Journal of Economic Issues</i>	01
<i>Journal of Financial Economics</i>	01
Total	49

Fonte: WebQualis CAPES (2012).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho objetivou realizar uma análise bibliométrica sobre o tema inovação tecnológica de desempenho organizacional. Foram investigados periódicos publicados entre 2007 e 2011 no estrato avaliado como “A” pelo sistema Qualis Capes, dessa forma 49 artigos foram analisados 49 artigos de diversos Journal internacionais.

Constatou-se que publicações em dado período de tempo, entre 2008 e 2010, apresentaram uma tendência de crescimento, embora os dados coletados demonstrem isso, não é possível afirmar com certeza, uma vez que seria preciso uma pesquisa longitudinal para analisar adequadamente o comportamento dessa temática ao longo do tempo a ponto de poder inferir.

As inovações tecnológicas podem representar vantagens às organizações que adotam soluções modernas e inovadoras, resultando em processos mais dinâmicos e ágeis, entretanto cabe um estudo para entender até que ponto elas interferem no desempenho das organizações, assim o trabalho pretende colaborar para desenvolver futuras pesquisas com essa temática, sugerindo um modelo para testar a relação entre inovações tecnológicas e desempenho. Em função da quantidade de dados levantados pela pesquisa, alguns tópicos merecem aprofundamento em pesquisas futuras. O presente trabalho contribui para melhor compreensão dos estudos em inovação que se relacionam com o desempenho organizacional ao trazer um mapeamento das principais publicações. Dessa forma os dados analisados mostram que o tema é interdisciplinar permitindo abordagens sob várias perspectivas teóricas e metodológicas.

#### 5 REFERÊNCIAS

1 AMARATUNGA, D.; BALDRY, D. **Performance evaluation in facilities management**. In Proceedings of COBRA, Greenwich, UK, 2000.

2 BASSIONI, H. A.; PRICE, A. D. F.; HASSAN, T. M. **Performance measurement in construction firms**. Journal of Management in Engineering, v. 20, n. 2, p. 42–50, 2004.

3 DAMANPOUR, F. **The adoption of technological, administrative, and ancillary innovations**: impact of organizational factors. Journal of Management, v. 13, n. 4, p. 675–688, 1987.

4 DAMANPOUR, F.; EVAN, W.M. **Organization innovation and performance**: the problem of “organization lag”. Administrative science quarterly, v. 29, p. 392-409, 1984.

5 DRUCKER, P.F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira, 1986.

6 EVANGELIDIZS, K. **Performance measured is performance gained**. The Treasurer, February, p. 45–47, 1992.

7 FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: UNICAMP, 2008.

- 8 GOPALAKRISHNAN, S. **Unraveling the links between dimensions of innovation and organizational performance.** The Journal of High Technology Management Research, v. 11, n. 1, 137–153, 2001.
- 9 GATIGNON, H.; TUSHMAN, M.L.; SMITH, W.; ANDERSON, P. **A structural approach to assessing innovation:** construct development of innovation locus, type, and characteristics. Management Science v. 48, n. 9, p. 1103–1122, 2002.
- 10 GUNDAY, G.; ULUSOY, G.; KILIC, K.; ALPKAN, L. **Effects of innovation types on firm performance.** International Journal Production Economics, v. 133, n. 2, 2011.
- 11 HAIR Jr, J.F; TATHAM, Anderson R.L.; BLACK, W.C. **Análise multivariada de dados.** 6. ed. Porto Alegre: Bookman 2009.
- 12 ITTNER, C.D.; LARCKER, D.F. Are nonfinancial measures leading indicators of financial performance? An analysis of customer satisfaction. **Journal of Accounting Research**, v. 36, p. 1-35, 1998.
- 13 YAM, R.C.M.; LO, W.; TANG, E.P.Y.; LAU, A.K.W. **Analysis of sources of innovation, technological innovation capabilities, and performance:** An empirical study of Hong Kong manufacturing industries. Research Policy, v. 40, n. 3, p. 391-402, 2011.
- 14 IBGE. **Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC). 2008.** Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- 15 KAGIOGLU, M.; COOPER, R.; AOUAD, G. **Performance management in construction:** A conceptual framework. Construction Management and Economics, v. 19, n.1, p. 85–95, 2001.
- 16 MARTINDEL, J. **The scientific appraisal of management:** a study of the business practices of the well managed companies. New York: Harper, 1950.
- 17 MURPHY G.B.; TRAILER, J.W.; HILL, J.W. Measuring performance in entrepreneurship research. **Journal of Business Research**, v. 36, n. 1, p. 15-23, 1996.
- 18 NEELY, A. The evolution of performance measurement research: developments in the last decade and a research agenda for the next. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 25, n. 12, p. 1264 -1277, 2005.
- 19 NEELY, A.D; GREGORY, M.J.; PLATTS, K.W. Performance measurement system design: a literature review and research agenda. **International Journal of Operations & Production Management**, v. 15, n. 4, p. 80-116, 1995.
- 20 OECD. Manual de Oslo: **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação.** 3. ed. OECD e Eurostat. 2005.
- 21 PERERA, S.; HARRISON, G.; POOLE, M. Customer-focused manufacturing strategy and the use of operations-based non-financial performance measures: a research note. **Accounting, Organizations and Society**, v. 22, n. 6, p. 557-572, 1997.

22 SAQUETO, T.C.; CARNEIRO, T.C.J. **Inovação tecnológica**: análise da publicação científica de 2001 a 2010. Revista Análise, v. 22, n. 1, p. 17-30, 2011.

23 SCHUMPETER, J.A. **The Theory of Economic Development**. An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle. Harvard University Press, Cambridge, 1934.

24 [TALKE](#), K.; [SALOMO](#), S.; ROST, K. How top management team diversity affects innovativeness and performance via the strategic choice to focus on innovation fields. **Research Policy**, v. 39, n. 7, p. 907-918, 2007.

25 TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

26 UTTERBACK, J.M.; SUAREZ, F.F. **Innovation, competition, and industry structure**. Research policy, v. 22, p. 1-21, 1993).